

A FORMAÇÃO DAS ALUNAS NA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO AMAZONAS E A INSERÇÃO PROFISSIONAL NA ZONA FRANCA DE MANAUS - 1971 a 1982

Vannessa Ribeiro da Silva¹

Pérsida da Silva Ribeiro Miki²

E-mail: vannessa.rsilva@gmail.com

GT 1: Educação, Estado e Sociedade na Amazônia

Resumo: O presente estudo em andamento visa compreender quais os pressupostos teórico-metodológicos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 – Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, nos permitirá entender as contradições e mediações que impulsionaram a modificação dos cursos técnicos e a formação das alunas na Escola Técnica Federal do Amazonas – ETFAM e conseqüentemente a inserção na Zona Franca de Manaus no período de 1971 a 1982. Nesse contexto, buscaremos entender como as políticas e práticas na escolarização do público feminino contribuiu para o seu acesso, aprendizado, a permanência e admissão no mercado de trabalho, no período de 1971 a 1982.

Palavras-chave: História da Educação das Mulheres; História Social e Cultural; ETFAM.

INTRODUÇÃO

O projeto objetiva traçar o histórico da formação das alunas no ensino técnico na Escola Técnica Federal do Amazonas – ETFAM e a inserção profissional na Zona Franca de Manaus - ZFM, com base na Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 – Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, que modificou a estrutura dos cursos profissionais no ensino médio para o 2º grau.

Com a implantação da Zona Franca de Manaus em 1967³, houve um grande avanço na configuração econômica na cidade de Manaus, e portanto, impactou na formação dos alunos do ensino técnico na Escola Técnica Federal do Amazonas – ETFAM.

O recorte temporal desta pesquisa inicia em 1971, no qual foi delimitado através da Deliberação de 8 de janeiro de 1971, assinada pelo Diretor Executivo Dr. Lupercino de Sá Nogueira Filho, referente a autorização da matrícula e o ingresso das mulheres na ETFAM. O referido documento informa: “*determina a admissão de alunas – sexo feminino, aos cursos ministrados na ETFA.*”. E o recorte temporal proposto nesta pesquisa estende-se até 1982

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Manaus – AM, Brasil.

² Professora Doutora em Educação pela Universidade São Francisco, Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

³ A Zona Franca de Manaus foi criada através da Lei nº 3.173/57 e efetivada com o Decreto-Lei nº 288/67.

com a instauração da Lei nº 7.044 de 18 de outubro de 1982 que alterou dispositivos da Lei nº 5.692/71 referentes a obrigatoriedade da profissionalização no ensino de 2º grau, tornando-a facultativa nesse nível.

O objetivo geral da pesquisa é: compreender a formação acadêmica das alunas na Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM) e a inserção na Zona Franca de Manaus no período de 1971 a 1982. Objetivos Específicos: Descrever as modificações da Lei nº 5.692/71 para o ensino técnico na ETFAM; explicitar a formação acadêmica das alunas na ETFAM no período de 1971 a 1982; e identificar a inserção profissional das alunas na ZFM.

Assim com base nessa pesquisa, busca-se analisar sobre a formação da mulher no ensino técnico e seu acesso ao mercado de trabalho, isso nos permitirá narrar sobre a formação das alunas na ETFAM e sua inserção na ZFM.

METODOLOGIA

Elegemos a abordagem da História Social e Cultural para desenvolver a pesquisa, pois nos permite compreender a formação das alunas e sua inserção na Zona Franca de Manaus em instituições no qual predominava o público masculino.

Na tese “Aspectos da educação infantil no Estado do Amazonas: o Curso Infantil Froebel no Instituto Benjamin Constant e outros jardins de infância (1897-1933)”, Pérsida Miki (2014, p. 23) afirma que o historiador fala de um “lugar social” e constrói um “domínio” epistemológico sobre o seu objeto de pesquisa.

O trabalho do historiador constitui em analisar as fontes encontradas concomitante com as fontes silenciadas ou indisponíveis. Deste modo, no primeiro momento o local de pesquisa será no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, localizado na Avenida Sete de Setembro, no centro da cidade de Manaus – AM, no qual os documentos primários serão coletados no Arquivo da Coordenação de Controle Acadêmico (CCA), localizado na própria instituição.

O PERCURSO EDUCACIONAL DA MULHER NO BRASIL

No final do século XIX no Brasil, Guacira Louro (2015) relata que a população era analfabeta, havia poucas escolas (congregações e ordens religiosas), e em 1827 com a

regulamentação da primeira Lei de Instrução Pública⁴ para o ensino das “pedagogias”, no qual as meninas teriam acesso, determinava salários iguais para mulheres e homens, mas ocorria uma diferenciação no currículo acarretando vantagens somente para os meninos.

A distinção da educação era muito perceptível entre mulheres e homens, pois para elas predominava o direcionamento para o cuidado com a casa, com o marido e ser uma boa mãe: “o domínio da casa era claramente o seu destino e para esse domínio as moças deveriam estar plenamente preparadas (LOURO, 2015, p. 446).

No decorrer da história, toda mulher que era instruída, que trabalhava fora de casa foi considerada pela sociedade do início do século XX como “desviante” (Louro, 2015), e também se tornava uma ameaça, pois ocupar o mesmo espaço que os homens afetava a “hierarquia dos gêneros de sua época” (LOURO, 2015, p. 453).

Nessa análise, entendemos que as relações sociais que se estabelecem são históricas, e que apontam para o processo de visibilizar a história das mulheres e consequentemente nessa pesquisa de doutorado, a história da educação das mulheres, a qual atinge de forma diferenciada homens e mulheres, por isso, o interesse em trabalhar a formação da mulher no ensino técnico.

A FORMAÇÃO DA MULHER NA ETFAM E INSERÇÃO PROFISSIONAL NA ZONA FRANCA DE MANAUS

A partir do ano de 1970 no Brasil, os estudos sobre a visibilidade da mulher para além do ambiente doméstico nos indicam que estava ocorrendo o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho, e na cidade de Manaus não foi diferente. Esse contexto se deu com a instalação da Zona Franca de Manaus (ZFM) em 1967 através do Decreto-Lei nº 288 de 28 de fevereiro, no qual a falta de mão de obra para suprir a necessidade da indústria foi essencial para que em 1970 as mulheres fossem inseridas.

Ao afirmar que o aumento da população no Estado do Amazonas se deu devido a implantação da ZFM (CAVALCANTI, 2011), durante a década de 1970 a 1980 ocorreu que a principal fonte de mão de obra era de “áreas rurais sendo principalmente uma força de trabalho jovem com educação escolar mínima” (MOURA *et al.*, 1984), e assim houve um processo de “êxodo”: [...] este êxodo ocorre em função do agravamento da crise agrária, do avanço da privatização da terra, e da crise agrícola, em decorrência da perda gradual das condições de vida e trabalho das populações rurais. (MOURA *et al.*, p.244).

⁴ Lei de 15 de outubro de 1827. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html . Acesso em 26 de jan. de 2021.

No século XX, em Manaus, as mulheres contratadas para trabalharem no Polo Industrial eram adolescentes e jovens sem experiência, mas que sua força de trabalho era fator primordial para o mercado, no qual o comportamento contido e submisso (SILVA, 2011, p.21), estrategicamente importante para o setor industrial. Contudo, vale ressaltar que, as mulheres das classes baixas da sociedade que se inserem com mais facilidade no mundo do trabalho por uma questão de necessidade para a sua sobrevivência.

Nesse contexto, a Escola Técnica Federal do Amazonas foi se adequando as novas modificações no cenário econômico em 1971, e com a forte demanda de trabalho ZFM, a ETFAM também se ajustou e qualificou seus alunos para esse momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões referentes a formação da mulher no ensino profissional na ETFAM e sua inserção no mercado de trabalho reflete a relevância dessa pesquisa em que se assenta sob o aspecto social e acadêmico em que iremos compreender as transformações sociais e históricas que aconteceram para que as mulheres pudessem ascender profissionalmente tornando-as visíveis na sociedade manauara.

Portanto, essa pesquisa em seu fazer teórico e prático na realidade Amazônica, pretende-se tornar material para consultas futuras a outros pesquisadores, sob o aspecto crítico da realidade vivenciada por estas alunas na cidade de Manaus. A história da educação das mulheres no ensino técnico profissional é, portanto, uma história de luta por direitos, de transformação social, em que as mulheres lutaram para superar barreiras históricas e culturais que as impediam de ter acesso à educação técnica profissional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957. **Cria uma zona franca na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, e dá outras providências.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3173-6-junho-1957-354667-norma-pl.html>> Acesso em 18 de mai. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. **Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-288-28-fevereiro-1967-376805-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 18 de mai. 2023.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 02 de mai. 2023.

